



PODER JUDICIÁRIO

JUIZO DE DIREITO DA 2ª (SEGUNDA) VARA DE EXECUÇÕES FISCAIS ESTADUAIS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ
Av. Cândido de Abreu, 535, Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP 80530-906. Telefone (41) 3221-9798

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

(NU 0000192-06.1997.8.16.0037 PROJUDI)

O Doutor DOUGLAS MARCEL PERES, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Execuções Fiscais Estaduais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, FAZ SABER aos interessados que na **EXECUÇÃO FISCAL Nº 0000192-06.1997.8.16.0037 (PROJUDI)**, que move **ESTADO DO PARANÁ** em face de **ANTONIO RICARDO SABATINO D'AGOSTINHO (CPF: 004.900.089-68)** e **NACIONAL INDÚSTRIA QUÍMICA EIRELI (CNPJ: 76.058.742/0004-82)**, serão levados a leilão judicial os bens abaixo descritos, observadas as seguintes condições:

1º Leilão em 05/10/2021 às 13h00min, por preço igual ou superior ao valor da avaliação;
2º Leilão em 19/10/2021 às 13h00min, por preço superior a 50% do valor da avaliação.

Em não havendo arrematação ou se por qualquer motivo o leilão judicial não se realizar, ficam desde já designadas novas datas:

1º Leilão em 09/11/2021 às 13h00min, por preço igual ou superior ao valor da avaliação;
2º Leilão em 23/11/2021 às 13h00min, por preço superior a 50% do valor da avaliação.

MODALIDADE DO LEILÃO: Os leilões serão realizados **eletronicamente** com recepção de lances online através do site <https://oleiloes.com.br/>, mediante cadastramento prévio e aprovado do arrematante com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data do leilão, em ambos os casos com pagamento à vista. O interessado em adquirir o bem em prestações deverá apresentar proposta por escrito ao Leiloeiro através do e-mail contato@oleiloes.com.br antes do início do leilão. **LEILOEIRO:** O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Marcelo Soares de Oliveira, matriculado na Junta Comercial do Paraná - JUCEPAR, sob o nº 08/011-L. Mais informações no site <https://oleiloes.com.br/>, WhatsApp (41) 99870-7000, Telefone 0800-052-4520.

DESCRIÇÃO DOS BENS: (1) **LOTE DE TERRENO Nº 02, DA QUADRA Nº 40, DA PLANTA JARDIM MENINO DEUS, SITUADO NO LUGAR CERCADINHO OU TIMBÚ, DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS, DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE DO SUL, MEDINDO 12,00M DE FRENTE, POR 40,00M DE EXTENSÃO DA FRENTE AOS FUNDOS EM AMBOS OS LADOS, NA LINHA DE FUNDOS MEDE 12,00M, COM A ÁREA DE 480,00M², COM DEMAIS CONFRONTAÇÕES, MEDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS NA MATRÍCULA 1.403 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DE CAMPINA GRANDE DO SUL/PR, IF: 01.01.01.048.0024.01. LOCALIZAÇÃO:** Rua Treze de Maio, 955, Jardim Menino de Deus, Quatro Barras/PR; (2) **LOTE DE TERRENO Nº 03, DA QUADRA Nº 40, DA PLANTA JARDIM MENINO DE DEUS, SITUADO NO LUGAR CERCADINHO OU TIMBÚ, DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS, DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE DO SUL, MEDINDO 12,00M DE FRENTE, POR 40,00M DE EXTENSÃO DA FRENTE AOS FUNDOS, E NA LINHA DE FUNDOS MEDE 12,00M, COM A ÁREA DE 480,00M², COM DEMAIS CONFRONTAÇÕES, MEDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS NA MATRÍCULA 1.404 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DE CAMPINA GRANDE DO SUL/PR, IF: 01.01.01.048.0036.01. LOCALIZAÇÃO:** Rua Treze de Maio, 943, Jardim Menino de Deus, Quatro Barras/PR; (3) **LOTE DE TERRENO Nº 04, DA QUADRA Nº 40, DA PLANTA JARDIM MENINO DEUS, SITUADO NO LUGAR CERCADINHO OU TIMBÚ, NO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS, DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE DO SUL, MEDINDO 16,00M DE FRENTE, POR 40,00M DE EXTENSÃO DA FRENTE AOS FUNDOS EM AMBOS OS LADOS, NA LINHA DE FUNDOS MEDE 16,00M, COM A ÁREA DE 640,00M², COM DEMAIS CONFRONTAÇÕES, MEDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS NA MATRÍCULA 1.405 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DE CAMPINA GRANDE DO SUL/PR, IF: 01.01.01.048.0092.01. LOCALIZAÇÃO:** Rua Treze de Maio, 484, Jardim Menino de Deus, Quatro Barras/PR.

VALOR DA AVALIAÇÃO: (1) R\$ 246.000,00, (2) R\$ 246.000,00, e (3) R\$ 328.000,00, totalizando o valor de R\$ 820.000,00 (mov. 125.2).

ÔNUS: Consta na Matrícula 1.403: R-1: Hipoteca em favor o Banco do Estado do Paraná S/A; R-2: Penhora proveniente dos autos nº 32078 em trâmite perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba; R-3: Penhora proveniente dos presentes autos; AV-4: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 03046201300709009 em trâmite perante a 7ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-6: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 18014200000809000 em trâmite perante a 8ª Vara do

Trabalho de Curitiba; AV-7: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 30950199701209001 em trâmite perante a 12ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-9: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 25558002219945090012 em trâmite perante a 12ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-10: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 00015827020078160001 em trâmite perante a 22ª Vara Cível de Curitiba; AV-11: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 00001739719978160037 em trâmite perante a Vara Cível de Campina Grande do Sul. Consta na Matrícula 1.404: R-1: Hipoteca em favor o Banco do Estado do Paraná S/A; R-2: Penhora proveniente dos autos nº 32078 em trâmite perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba; R-3: Penhora proveniente dos presentes autos; AV-4: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 03046201300709009 em trâmite perante a 7ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-6: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 18014200000809000 em trâmite perante a 8ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-7: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 30950199701209001 em trâmite perante a 12ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-9: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 25558002219945090012 em trâmite perante a 12ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-10: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 00015827020078160001 em trâmite perante a 22ª Vara Cível de Curitiba; AV-11: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 00001739719978160037 em trâmite perante a Vara Cível de Campina Grande do Sul. Consta na Matrícula 1.405: R-1: Hipoteca em favor o Banco do Estado do Paraná S/A; R-2: Penhora proveniente dos autos nº 32078 em trâmite perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba; R-3: Penhora proveniente dos presentes autos; AV-6: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 03046201300709009 em trâmite perante a 7ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-8: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 18014200000809000 em trâmite perante a 8ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-9: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 30950199701209001 em trâmite perante a 12ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-1: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 25558002219945090012 em trâmite perante a 12ª Vara do Trabalho de Curitiba; AV-12: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 00015827020078160001 em trâmite perante a 22ª Vara Cível de Curitiba; AV-13: Averbação de indisponibilidade de bens proveniente dos autos nº 00001739719978160037 em trâmite perante a Vara Cível de Campina Grande do Sul. Débitos de IPTU: O ofício nº 1902/2021 remetido à Procuradoria Geral do Município de Quatro Barras não retornou com informações. Outros débitos: O ofício nº 1904/2021 remetido à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o ofício nº 1905/2021 remetido à Receita Federal/INSS, o ofício nº 1906/2021 remetido ao IAP, o ofício nº 1907/2021 remetido ao Depositário Público e o ofício nº 1912/2021 remetido ao credor hipotecário ainda não retornaram com informações. Observação: Na forma do art. 908, § 1º, do Código de Processo Civil, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, subrogam-se sobre o preço da arrematação, observada a ordem de preferência.

DÉBITO EXECUTADO: R\$ 1.454.863,52 (mov. 135.2), sujeito à atualização e/ou modificação, além de eventuais despesas e honorários advocatícios.

DEPOSITÁRIO: O Executado.

REMUNERAÇÃO DO LEILÃO: A remuneração do Leiloeiro será devida observadas as seguintes hipóteses: (a) em caso de arrematação, comissão de 5% sobre o valor da arrematação, sendo devida pelo arrematante; (b) em caso de adjudicação, comissão de 2% sobre o valor da avaliação, sendo devida pelo exequente; (c) em caso de remição, comissão de 2% sobre o valor pelo qual o bem foi resgatado, sendo devida pelo remitente; (d) em caso de acordo ou transação, comissão de 2% sobre o valor da avaliação, sendo devida pelo executado. Além da remuneração da comissão, o Leiloeiro poderá cobrar o ressarcimento das despesas efetuadas. A comissão e o ressarcimento das despesas efetuadas deverão ser pagas à vista no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, mediante depósito, tal como o preço, porém, sendo nula ou anulada a arrematação serão devolvidos os valores recebidos a título de comissão.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 1ª Observação: Consoante o disposto no artigo 892 do CPC, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico; 2ª Observação: Artigo 895 do CPC: “O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil”; §1º A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. §4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações,

incidirá multa de dez por cento (10%), sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. §6º A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. §7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. §8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I – em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; II – em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar (art. 895 do CPC) e §9º No caso de arrematação a prazo, os pagamentos feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado.

RECURSO(S) PENDENTE(S): Nada consta.

INTIMAÇÕES E OBSERVAÇÕES: Tratando-se a alienação judicial de hipótese de aquisição originária da propriedade pelo adquirente, o(s) bem(s) será(ão) vendido(s) livre(s) e desembaraçado(s) de ônus, inclusive, os de natureza fiscal (art. 130, § único, do CTN) e os de natureza propter rem (art. 908, § 1º, do CPC). A venda será efetuada no estado em que o imóvel se encontra e em caráter ad corpus. Será resguardada a quota-parte do cônjuge com o produto da alienação (art. 843 do CPC), em sendo o caso. A imissão na posse ficará a cargo do arrematante (art. 901 do CPC). Na forma da lei, ficam intimados das datas e horários dos leilões o senhorio direto, o usufrutuário, o credor com garantia real e/ou penhora anteriormente averbada, desde que não sejam de qualquer modo parte da execução. Caso não tenham sido anteriormente intimados por qualquer outro meio legalmente estabelecido, ficam intimados os executados ANTONIO RICARDO SABATINO D'AGOSTINHO e NACIONAL INDÚSTRIA QUÍMICA EIRELI (art. 889 do CPC). No caso de diligência negativa de intimação dos executados, do cônjuge, corresponsáveis, credores hipotecários, usufrutuários, senhorios-diretos e coproprietários, ficam estes desde já intimados através do presente das datas designadas para os leilões do bem penhorado e dos demais dados constantes neste. Caso não haja expediente forense na data designada, o ato é automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. Por fim, caso não haja arrematação nas datas designadas, o bem poderá ficar, a critério do Juízo, disponível para venda direta pelo período de 90 (noventa) dias que se sucederem ao leilão, nas mesmas condições, ao primeiro interessado que ofertar proposta que respeite as condições mínimas fixadas para o segundo leilão. A fim de dar ampla divulgação ao presente leilão, este edital será publicado na modalidade eletrônica, sendo que o Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente, o qual se presume ser de conhecimento de todos os interessados. Do que para constar, expedi o presente edital, que será publicado nos termos da lei. Curitiba/PR, 21/09/2021. Eu, Leiloeiro Público Oficial Designado, que o fiz digitar, por ordem do MM. Juiz de Direito.

DOUGLAS MARCEL PERES
Juiz de Direito